



PARA CEGO VER: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NO PALACETE PROVINCIAL EM MANAUS PARA TURISTAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

FOR THE BLIND TO SEE: ANALYSIS OF ACCESSIBILITY IN THE PROVINCIAL PALACETE IN MANAUS FOR VISUALLY IMPAIRED TOURISTS

Juliana da Silva Melo – UEA*¹
Marklea da Cunha Ferst – UEA*²

Palavras-Chave	Resumo
<p>Centro cultural. Museu. Acessibilidade. Turista com deficiência visual.</p> <div data-bbox="167 1171 405 1429" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>ISSN 2594-8407</p><p>Licenciada por <i>Creative Commons</i> Atribuição Não Comercial/Sem Derivações/4.0/</p></div>	<p>A população de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. No Brasil, cerca de 35,8 milhões de pessoas possuem deficiência visual, sendo essa a mais recorrente no país e no estado do Amazonas, onde encontramos cerca de 651,2 mil pessoas com esta deficiência. Considerando a crescente demanda de pessoas com deficiência visual no estado, espera-se que os museus e centros culturais existentes no local proporcionem acessibilidade a esse público. Dessa forma, utilizando o Centro Cultural Palacete Provincial, que fica localizado na capital do estado e que possui um fluxo majoritário de visitantes locais, este estudo possui como objetivo geral analisar a acessibilidade no Palacete Provincial para o atendimento do turista com deficiência visual ou baixa visão. Trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de abordagem qualitativa, em que foram realizadas visitas guiadas de 5 pessoas com deficiência visual e aplicada uma pesquisa após a visita. Como resultados, verificou-se que o Centro Cultural Palacete Provincial não atende às necessidades de uma pessoa com deficiência visual relativamente a acessibilidade dos museus que integram o espaço. Como contribuição teórica, esta pesquisa, além de trazer informações históricas e descritivas do Centro Cultural objeto de estudo, apresenta a literatura a respeito do turismo acessível e a legislação brasileira a despeito da acessibilidade. Como contribuição prática, apresenta subsídios que podem contribuir para sensibilizar os gestores da necessidade de se investir em acessibilidade nos centros culturais, podendo ser replicada em outros museus e centros culturais.</p>



Keywords	Abstract
<p><i>Cultural Center. Museum. Accessibility. Visually impaired Tourist.</i></p> <div data-bbox="165 734 413 1066" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>Submetido em: 05/03/2022</p><p>Aprovado em: 03/06/2022</p><p>Publicado em: 26/09/2022</p><p>Editor: Izac Bonfim</p></div>	<p><i>The population of people with disabilities or reduced mobility has increased considerably in recent years. In Brazil, about 35.8 million people have visual impairment, which is the most recurrent in the country and also in the state of Amazonas, where we find about 651.2 thousand people with this disability. Considering the growing demand of people with visual impairments in the state, it is expected that museums and cultural centers residing in the place provide accessibility to these people. Thus, using the Cultural Center Palacete Provincial, which is located in the state capital, Manaus and which has a majority flow of local visitors, this study aims to analyze the accessibility of the Palacete Provincial for the care of tourists with visual impairments or low vision. This is a descriptive, bibliographical and qualitative approach research in which guided visits were carried out with 5 people with visual impairments and a survey was applied after the visit. As a result, it was found that the Cultural Center Palacete Provincial does not meet the needs of a person with visual impairment regarding the accessibility of the museums that make up the space. As a theoretical contribution, this research, in addition to providing historical and descriptive information about the Cultural Center object of study, presents the literature on accessible tourism and Brazilian legislation despite accessibility. As a contribution, it presents subsidies that can help to make managers aware of the need to invest in accessibility in cultural centers, which can be replicated in other museums and cultural centers.</i></p>

Como Citar:
Melo, J. S., Ferst, M. C., (2022). Para cego ver: análise da acessibilidade no palacete provincial em Manaus para turista com deficiência visual. *Ateliê do Turismo*. 6 (2). 232 - 251



INTRODUÇÃO

De acordo com Fialho (2009), o turismo é um bem social e deve estar ao alcance de todos os cidadãos, entre os quais se encontram as pessoas com deficiência. O Turismo Acessível, também conhecido como Turismo Para Todos, surge com a necessidade de incluir dentro do turismo esta demanda crescente de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (PcDMr).

A população com deficiência ou com mobilidade reduzida tem aumentado nos últimos anos a nível mundial, como resultado do envelhecimento da população, do aumento de acidentes laborais e rodoviários, do aparecimento de novas doenças e do aumento dos problemas ambientais, entre outros aspectos (Darcy & Dickson, 2009). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (Bickenbach, 2011), mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência. Dentre essas pessoas, 36 milhões são cegas e cerca de 216 milhões vivem com algum tipo de deficiência visual moderada a grave (Bickenbach, 2011). Considerando a crescente e abrangente demanda de pessoas com deficiência, em especial a visual, no mundo, espera-se que a acessibilidade nos espaços públicos, como museus e centros culturais, cresça na mesma proporção.

O Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA/ICOM), em 2015, organizou sua 46ª conferência anual com o tema *"Museum Education and Accessibility: Bridging the Gaps"* ("Educação em museus e acessibilidade: ultrapassando as diferenças"), em Washington, nos Estados Unidos. Durante a conferência, foram abordados assuntos relacionados a pesquisas e reflexões sobre acessibilidade em museus, tendo como público-alvo especialmente pessoas com deficiência. Também foi discutido a relação entre a acessibilidade, novas tecnologias e redes sociais como ferramentas que possibilitam o acesso a diferentes públicos (Monaco, 2016).

O Plano Nacional Setorial de Museus (Ministério da Cultura, 2010), é um documento brasileiro que apresenta um planejamento e uma agenda política da área museológica, construídos de forma conjunta, que mostram quais caminhos seguir nos dez anos seguintes a data de seu lançamento. O documento propõe, em umas de suas estratégias do Eixo II: Cultura, Cidade e Cidadania, a incrementação de ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população, sendo está uma prioridade que reflete dignidade humana frente ao patrimônio.

Desenvolver leis e políticas públicas que englobem as PcDMr no Brasil é de extrema importância, visto que cerca de 46,6 milhões de pessoas declaram ter algum tipo de deficiência no país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Gomes, 2018) através do último censo de 2010, revelou que 18,6% da população, cerca 35,8 milhões de



pessoas, possuem deficiência visual, representando a deficiência mais comum existente na população brasileira.

No Estado do Amazonas, o Censo 2010 (IBGE, 2020) revela que, das pessoas com deficiência identificadas no estado, cerca de 651.262 mil possuem deficiência visual, 209.932 mil motora, 154.190 mil auditiva e 38.671 mil deficiência mental/ intelectual, sendo a visual a que mais cresceu no estado durante a última década, com 298,6 casos em 2000. Levando em conta a crescente demanda de deficientes visuais no Amazonas, esperasse que os locais de visitação pública, Museus e Centro Culturais possuam acessibilidade para eles.

Segundo Feijó (2003), o termo cultura pode ser entendido por dois âmbitos: kultur, tradição, valores e identidades; e bildung, formação intelectual, moral e estética, o que implica diálogo entre culturas. Logo, os centros culturais são espaços que possuem não somente uma história a ser contada, mas que, também, contribuem para a formação intelectual da sociedade. Dessa forma, entende-se que os centros culturais devem proporcionar acessibilidade para todas as pessoas, independentemente de suas limitações.

Observando este contexto, optou-se por realizar a análise da acessibilidade, para utilização por pessoas com deficiência visual, no Centro Cultural Palacete Provincial em Manaus. O prédio abriga cinco museus e duas galerias, e recebe uma demanda de visitante majoritariamente locais. Nos últimos cinco anos, 59% de seus visitantes eram locais, 33% nacionais e 8% internacionais. Diante disto, observa-se a seguinte problemática: O Palacete Provincial possui acessibilidade para pessoas com deficiência visual?

Com o intuito de responder à pergunta problema, o objetivo geral deste trabalho é analisar a acessibilidade no Palacete Provincial para o atendimento do turista com deficiência visual ou baixa visão. Para isso, elaborou-se os seguintes objetivos específicos: i) Descrever a legislação brasileira aplicável sobre acessibilidade para pessoas com deficiência visual; ii) Identificar os elementos de infraestrutura, comunicação, informação e tecnologia assistiva existentes no palacete provincial para o atendimento do turista com deficiência visual ou baixa visão; iii) Classificar as variáveis da acessibilidade na oferta dos serviços e produtos turísticos ao turista com deficiência visual ou baixa visão.

PALACETE PROVINCIAL

O Palacete Provincial, é um patrimônio tangível que foi tombado juntamente com a Praça Heliodoro Balbi e o Colégio Amazonense D. Pedro II, na época conhecido como Ginásio Amazonense Pedro II, através da homologação do Decreto 4.817, de 6 de dezembro de 1980, expedido pela Portaria n.01/1980 (Braga, 2009, p. 62). Naquela época não existia uma legislação em nível municipal para proteção de bens de interesse



cultural e o Palacete Provincial, como não se encaixava na legislação federal, foi tombado a nível estadual.

Somente em 1867 o prédio recebeu o nome que possui até hoje, Palacete Provincial (Braga, 2009). Mesmo tendo sido comprado com o intuito de retirar as repartições públicas de locais com aluguel e dar a elas uma sede, foram necessários alguns anos após sua compra para as obras serem finalizadas. Somente em 25 de março de 1874 foi declarado oficialmente a conclusão das obras e, assim, foram instalados no local o Liceu Provincial, a Biblioteca Pública, a Assembleia Provincial e a Repartição das Obras Públicas.

O Palacete Provincial foi oficialmente inaugurado em 28 de fevereiro de 1875. Em meados de 1889, o prédio foi entregue a Polícia Militar do Amazonas para sediar o Batalhão Militar do Amazonas, que residiu no prédio até 2002. No local, funcionaram também um presídio e o Corpo de Bombeiros, visto que, por um determinado período de tempo, o Corpo de Bombeiro e a Polícia Militar funcionavam juntos. Após pertencer a Polícia Militar por cerca de 103 anos, o governador Amazonino Armando Mendes decretou em 31 de dezembro de 2002 que o prédio seria transferido para a, na época, Secretaria de Estado de Cultura. Braga (2009) ressalta que houve resistência por parte da corporação policial em deixar o local. Diante disso, foi somente no ano de 2006 que o Palacete Provincial passou a ser, de fato, administrado pela Secretaria de Estado de Cultura.

Assim, foi somente durante o governo de Eduardo Braga que o Palacete Provincial, e a Praça Heliodoro Balbi, foram restaurados. No local, foram instalados cinco museus fixos: O Museu de Arqueologia, Museu Tiradentes da Polícia Militar do Amazonas, Museu de Numismática do Amazonas, Pinacoteca do Estado e Museu de Imagem e Som do Amazonas (MISAM), além de abrigar também o ateliê de restauro, o laboratório de arqueologia, reservas técnicas e o Café do Pina. Sendo assim, caracterizado um Centro Cultural, pois abriga não somente todos esses espaços físicos, mas também é palco de manifestações culturais, além de possuir uma rica histórica.

Um Centro Cultural, se utilizarmos o sentido literal das palavras, significa um local de cultura, ou seja, centro de cultura. De acordo com o dicionário *online* de português (Dicio, 2022), centro remete a um ponto específico, onde converge e reúne diversos elementos em mesmo local ou próximos destes. E de acordo com Damascena et al (2012) a cultura molda os sonhos, quereres e desejos de cada cidadão.

Os centros de cultura são muito mais que somente edifícios. São locais com objetivo de aprimoramento do ser, através de sua então intelectualidade, senso e habilidades, para que possa, por intermédio das manifestações culturais, compreender o seu total pertencimento como indivíduo pensante e independente de outro (Ramos, 2007).

O Palacete Provincial não é composto somente de museus, ele possui duas galerias temporárias que, frequentemente, recebem exposições dos mais diversos tipos, além de também serem realizados no local eventos de fotografia, música, artes plásticas, teatro,



dentro outros. Dito isso, entende-se que o Palacete Provincial pode ser denominado como um Centro Cultural, sendo um local onde ocorrem manifestações culturais, onde é possível adquirir conhecimento acerca de diversos assuntos, trocar ideias, interagir com outras pessoas, com as obras, e evoluir intelectualmente.

Os museus podem ser compreendidos como espaços que guardam histórias, crenças e culturas de um povo. Dessa forma, o *International Council of Museums (ICOM)* define que os museus se caracterizam como:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade (Monaco, 2016).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) dispõe de um conceito para museus, que foi elaborado na época que o instituto era conhecido como Departamento de Museus e Centros Culturais - IPHAN/MinC1, e propõe que o museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e possui algumas características próprias.

O Palacete Provincial possui locado em seu interior cinco museus fixos, sendo eles o Museu de Arqueologia, composto por uma sala, que visa mostrar trabalhos realizados por arqueólogo. A exposição apresenta fragmentos arqueológicos encontrados na região amazônica, ferramentas e utensílios utilizados na coleta, bem como dados acerca da função do arqueólogo. A exposição apresenta materiais provenientes de Nova Urucurituba e Manaus.

Figura 1

Museu de Arqueologia, 2021



Fonte: Juliana Silva de Melo (2021).



O Museu Tiradentes da Polícia Militar do Amazonas acolhe a história da corporação militar no Estado do Amazonas. Composto de duas salas, onde na primeira temos uma representação da sala do Comando Geral, com móveis da época em que a polícia residia no prédio, além de abrigar o arquivo integrado, livros de registros individuais dos membros da corporação, e, na segunda sala, podemos encontrar uma exposição autoexplicativa, denominada *Flagrantes da História*, que relata a história da Polícia Militar do Amazonas desde suas origens e, também, apresenta uma coleção de armamentos, armaduras, condecorações e equipamentos utilizados pelo Corpo de Bombeiros.

Figura 2

Sala do Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas, 2021



Fonte: Juliana Silva de Melo (2021).

O Museu de Numismática Bernardo Ramos, que conta com uma coleção de moedas da Antiga Grécia, Império Romano, do Brasil em seus períodos de Colônia, Império e República, além de medalhas, cédulas e documentos históricos, organizada pelo comerciante amazonense Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, estudioso e fascinado pela Numismática, viajou por diversos países, seguidas vezes, adquirindo peças para sua coleção particular. No acervo podemos encontrar moedas, medalhas, condecorações, cédulas, selos, cartões postais, cartões telefônicos, fichas telefônicas, quadros, máquina registradora, máquina de somas, boletins numismáticos, documentos, placas, mapas, dentre outros.



Figura 3

Museu da Numismática Bernardo Ramos, sala 1, 2021



Fonte: Juliana Silva de Melo (2021).

Figura 4

Museu de Numismática Bernardo Ramos sala 2, 2021



Fonte: Juliana Silva de Melo (2021).

A Pinacoteca do Estado do Amazonas foi instituída oficialmente em 1985, fruto de uma iniciativa por um grupo de intelectuais ligados ao Clube da Madrugada. Ela possui



um acervo composto por mais de duas mil peças de técnicas variadas, ênfase especial nos artistas amazonenses. Também conserva uma coleção didática de cópias de obras consagradas da arte visual.

Figura 5

Pinacoteca do Estado de Amazonas, 2021



Fonte: Michael Dantas (2021).

Por fim, o Museu de Imagem e Som do Amazonas, mais conhecido como MISAM. Este museu conta com três exposições fixas, sendo elas um pequeno recorte da história do Cinema Guarani, o primeiro cinema da cidade de Manaus, a história de Silvino Santos, que foi o pioneiro na cinematográfica amazônica, e uma exposição de câmeras fotográficas de diferentes épocas denominada Exposição Máquinas do Tempo.

Figura 6

Museu de Imagem e Som do Amazonas (MISAM), 2021



Fonte: Juliana Silva de Melo (2021).



PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2) E O PALACETE PROVINCIAL

O mundo hoje está enfrentando uma das maiores crises sanitárias já registradas em consequência da disseminação do Coronavírus (Sars-Cov-2). No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do COVID-19 (*Coronavírus: OMS declara pandemia - BBC News Brasil*, [s.d.]). O turismo, sendo um setor que lida diretamente com as pessoas, foi um dos mais afetados com a pandemia. Diante disto, diversos protocolos de segurança foram decretados pelo Governo do Estado do Amazonas em uma tentativa de conter a pandemiaⁱⁱ.

Algumas medidas em especial foram direcionadas aos espaços de visitação pública, como: usar, obrigatoriamente, máscara dentro dos espaços; higienizar as mãos com álcool em gel disponibilizado no local; respeitar o distanciamento social sinalizado; e, principalmente, realizar o agendamento no local desejado via site da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC). Todas as medidas citadas afetaram diretamente a dinâmica de visitação e atendimento ao público dos espaços culturais.

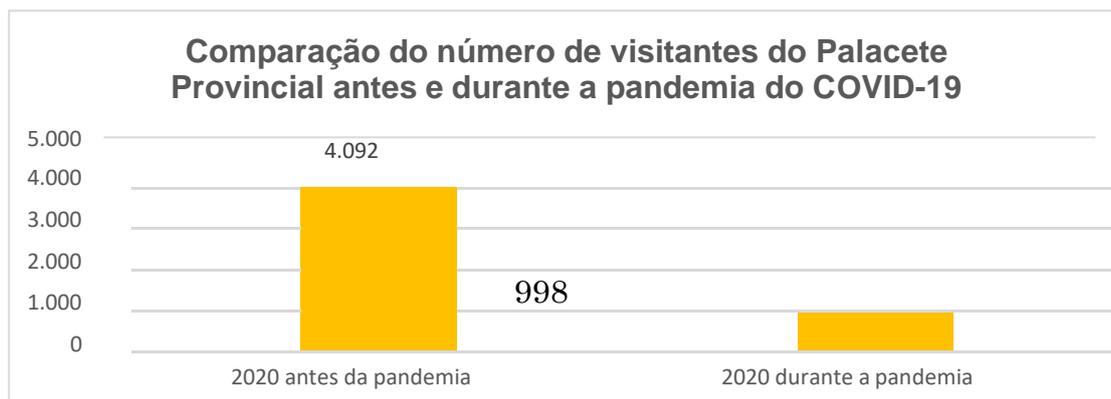
O Palacete Provincial foi fechado totalmente em alguns períodos durante a pandemia do Coronavírus. Em março de 2020, no primeiro pico da pandemia no estado do Amazonas, o local foi fechado pela primeira vez e retornou em julho do mesmo ano, funcionando com todos os protocolos de segurança. Em 26 de dezembro de 2020 o espaço voltou a ser fechado para a visitação e retornou somente em 15 de julho de 2021.

Antes do período pandêmico, o Palacete Provincial recebia, em média, mais de mil visitantes por mês. Em setembro de 2019 o local recebeu cerca de 1.574 visitantes. Infelizmente, durante o tempo que voltou a funcionar na pandemia este número caiu drasticamente. A média mensal de visitantes em julho, agosto e setembro de 2020 não alcançou a casa dos 500 visitantes. Comparando os números dos três primeiros meses de 2020, em que ainda não havia a pandemia, e três meses após liberação da visitação durante a pandemia, podemos perceber uma grande queda no número de visitantesⁱⁱⁱ.



Gráfico 1

Comparação do número de visitantes do Palacete Provincial antes e durante a pandemia do COVID-19, 2020



Fonte: Juliana Silva de Melo (2021).

TURISMO ACESSÍVEL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O turismo contribui positivamente para a saúde física e psicológica da pessoa, motivo pelo qual o investimento de políticas públicas para a promoção de acessibilidade nos produtos e serviços turísticos é uma necessidade urgente.

O conceito de turismo acessível, segundo Pérez e Velasco (2003) ganhou relevância a partir de 1989, quando especialistas britânicos em turismo e deficiência publicaram o informe *“Tourism for All”* (Turismo para Todos), que divulgou os avanços alcançados com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes promovido pela ONU em 1981. O turismo acessível, ou turismo para todos, pode ser entendido como o setor do turismo que proporciona uma oferta e serviços que sejam acessíveis a todas as pessoas, independente de qualquer limitação que possuam.

No Brasil existem algumas legislações acerca das pessoas com deficiência que podem ser aplicadas na prática do turismo acessível. A Lei n.º 4.169 de 1962, que oficializou o Braille, foi uma das primeiras relacionadas ao tema, assim como a Lei n.º 7.853 de 1989, que trata sobre a criação da Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência.

Na Constituição Federal de 1988 podemos observar artigos relacionados a inclusão. No artigo 5 a constituição determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Assim como no artigo 6, que têm o lazer como um dos direitos sociais.



Alguns anos após a criação da Constituição Federal, em 1994, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a NBR 9050, que regula a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Essa norma sofreu algumas atualizações com o decorrer dos anos, sendo a primeira em 2004. A última atualização aconteceu em 2020 e sofreu uma correção em 2021. Esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

No começo dos anos 2000 também foram sancionadas algumas leis e normas, sendo elas: a Lei n.º 10.098 de 2000, que foi sancionada abordando acerca das normas e critérios básicos de promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e a Instrução Normativa n.º 1 IPHAN de 2003, que aborda a norma de acessibilidade aplicada a museus e construções históricas tombadas contendo orientações específicas de adequações levando em consideração a preservação do patrimônio cultural. Esta instrução normativa é regulamentada pelo Decreto n.º 5.296/2004 como documento de orientação para garantia de acessibilidade aos bens culturais imóveis. Temos, também, a Lei n.º 11.126 de 2005, que prevê o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes coletivos acompanhada de seu cão-guia.

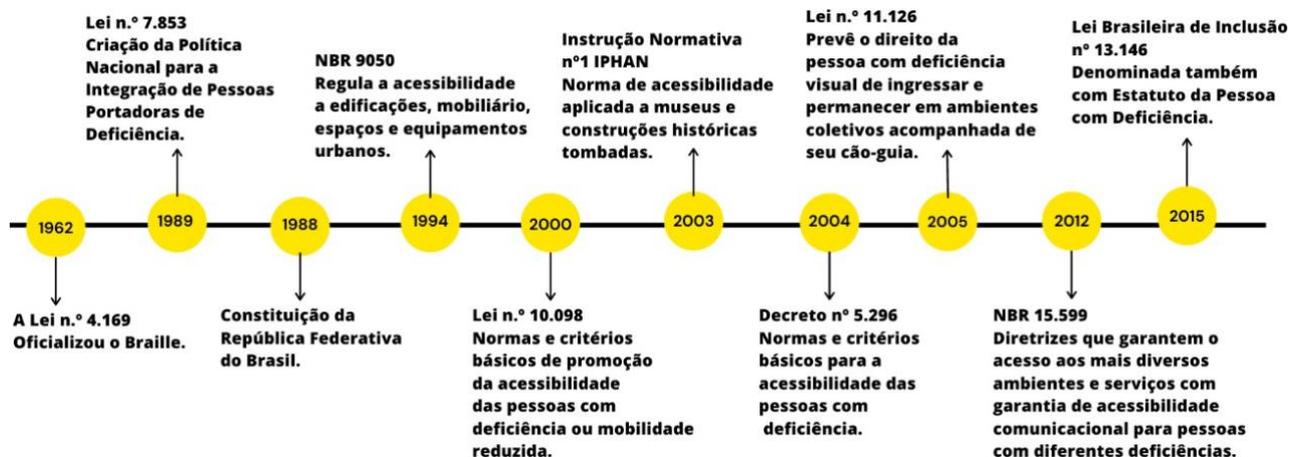
A ABNT também publicou a NBR 15.599/2012 que é norma complementar à ABNT-NBR 9.050. Essa norma oferece diretrizes que garantem o acesso aos mais diversos ambientes e serviços com garantia de acessibilidade comunicacional para pessoas com diferentes deficiências, prioritariamente visuais, auditivas e pessoas com surdo-cegueira.

A Lei Brasileira de Inclusão n.º 13.146 foi criada em 2015. Ela é baseada no texto da Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e apresenta inovações a respeito dos direitos à autonomia na vida pessoal e profissional para as pessoas com deficiência intelectual e um capítulo exclusivamente dedicado ao acesso à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer. Essa lei entrou em vigor somente em 2016, sendo denominada também como Estatuto da Pessoa com Deficiência.



Figura 7

Linha do tempo da legislação brasileira acerca do Turismo Acessível



Fonte: Juliana Silva de Melo (2021).

ACESSIBILIDADE E TURISTA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A acessibilidade é algo que vai muito além do direito de adentrar aos ambientes naturais e físicos. As dificuldades e limitações das condições de acesso aos bens e serviços sociais e culturais configuram uma das mais perversas situações de privação da liberdade e de equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano (Buhalis & Darcy, 2011).

Sasaki (2009) relata as seguintes modalidades de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática, atitudinal e metodológica. Essas modalidades se entrelaçam, possibilitando a inclusão das pessoas com deficiência.

A deficiência é uma situação e não um estado definitivo determinado apenas pelas incapacidades do indivíduo, e uma situação criada pela interação entre a limitação física, sensorial, mental ou comportamental e o obstáculo social que impede ou dificulta a participação nas atividades da vida cotidiana, conforme se pode inferir do conceito trazido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, no artigo 2º.

A igualdade de condições e de tratamento é uma constante busca das pessoas com deficiência, que tem garantido em Lei este direito, e o que se sabe, nem sempre é uma tarefa fácil, pois há diversas barreiras não apenas físicas, mas atitudinais, tecnológicas, informacionais e comunicacionais que precisam ser superadas, sendo essencial a



superação dos preconceitos que permeiam a existência das pessoas com deficiência por toda a sociedade.

A audiodescrição é o principal recurso de promoção de acesso aos conteúdos culturais visuais para pessoas com deficiência visual. A técnica pode ser usada para proporcionar acesso à informação em mostras de filmes, apresentações cênicas, exposições e visitas educativas (Instituto Brasileiro de Museus, 2019). Os materiais de apoio sensoriais (táteis, auditivos, olfativos e gustativos) também auxiliam pessoas com deficiência visual a usarem outros sentidos para compreender melhor os conteúdos das manifestações culturais.

Os recursos sensoriais também são utilizados para prover acessibilidade a pessoa com deficiência visual. Alguns exemplos de recursos sensoriais para pessoas com deficiência visual que podemos citar são: Folhetos Acessíveis, impressos em braille, com caracteres ampliados, alto contraste, Textos e Legendas em Braille, textos de apresentação, curadoria, comentários e legendas dos recursos e das obras acessíveis à fruição sensorial em dupla leitura para pessoas cegas, com baixa visão e surdo-cegueira acessarem a informação com autonomia e Mapa tátil do espaço expositivo, com identificação de percurso e recursos/obras acessíveis para visitantes cegos e com surdocegueira compreenderem o desenho da exposição e se locomoverem com autonomia (Instituto Brasileiro de Museus, 2019).

A comunicação sensorial caracteriza-se pela percepção corporal dos indivíduos na relação com o outro e com o mundo por meio dos diversos sentidos – tato, olfato, paladar, visão e audição. Essa é uma capacidade natural do ser humano e de extrema importância para seu desenvolvimento global. O uso de recursos sensoriais em exposições e ações educativas, como as experiências visuais, olfativas, de apelo ao paladar, sonoras e táteis, democratiza o acesso à fruição do patrimônio cultural, pois a percepção sensorial não pressupõe conhecimentos intelectuais, domínio de linguagem ou idioma e familiaridade com ofertas culturais (Instituto Brasileiro de Museus, 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, na medida que vai realizar o levantamento dos dados a respeito da acessibilidade e observar, analisar, classificar e interpretar os dados coletados. Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfico, visto que é elaborada a partir de matérias já publicadas (Fachin, 2017).

A abordagem de pesquisa utilizada neste trabalho é a pesquisa qualitativa. Através desta abordagem, é possível levantar atitude, pontos de vista, preferências que as pessoas têm a respeito de determinados assuntos e fatos de um grupo definido de pessoas (Hernández Sampieri et al., 2015). Esta pesquisa se utiliza do método dedutivo, pois é realizada se baseando em conceitos já expostos e que são verídicos. De acordo com Fachin (2017), o método dedutivo parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e



indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

Os resultados desta pesquisa foram coletados mediante a realização de uma entrevista semiestruturada feita após a execução de visitas guiadas que ocorreram nos dias 23 e 28 de setembro de 2021, junto a 5 pessoas com deficiência visual, nos cinco museus existentes no Centro Cultural Palacete Provincial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram desta pesquisa cinco pessoas com diferentes graus de deficiência visual. Das cinco pessoas entrevistadas, três tem cegueira, duas tem baixa visão e quatro delas utilizam bengalas. Quanto a forma de seleção dos participantes, trata-se de uma amostra não probabilística por conveniência, pois as autoras conheciam uma pessoa com deficiência que indicou outra, e assim sucessivamente.

Foram realizadas duas visitas orientadas no atrativo objeto do estudo, sendo na primeira um grupo de 2 pessoas e, na segunda, 3 pessoas. Após a visita, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os participantes.

A maioria dos entrevistados viaja de uma a duas vezes no ano, acompanhados, geralmente, de familiares. Analisou-se que os participantes da pesquisa visitam Museus e Centros Culturais quando viajam, porém, preferem realizar outras atividades em virtude da ausência de acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos museus e centros culturais.

Todavia, quando questionados sobre visitar esses atrativos na cidade de Manaus, quatro dos cinco entrevistados afirmaram que visitam esses locais, especialmente o Teatro Amazonas, que disponibiliza uma maior acessibilidade.

Em relação ao trajeto para chegar ao Palacete Provincial, todos os participantes mencionaram a dificuldade em relação ao transporte público, visto que a única parada próxima à Praça Heliodoro Balbi, onde fica o Palacete Provincial, não tem conexão com todos os bairros, e ainda ressaltaram a dificuldade de identificar o piso tátil existente na praça, pois além da dificuldade de encontrá-lo, dependendo de que lado da praça você esteja transitando, ele acaba um pouco antes da entrada do prédio, o que dificulta encontrar o mesmo.

A respeito da visita realizada nos museus do Palacete Provincial, todos os participantes relataram que foram bem atendidos pelos condutores do local. Entretanto, foi mencionado que lhes falta conhecimento técnico para atender deficientes visuais e problemas de acessibilidade comunicacional como, por exemplo, conhecimentos acerca da audiodescrição, o que confirma os achados da literatura de ausência de acessibilidade (Cloquet et al., 2017). Impende destacar o depoimento da entrevistada n. 2:



“Ali na recepção na hora que eu cheguei a moça foi logo falar comigo, o que me deu um norte pois estava meio perdida. Senti falta de um pouco mais de comunicação por parte dos condutores na hora de se locomover dentro do local. As pessoas que trabalham aqui parecem bem-dispostas a ajudar, bem tranquilas, mas falta um pouco de preparo na questão da comunicação. A gente acaba perdendo muito do ambiente” (Entrevistada 2).

No que se refere a infraestrutura física do prédio, foi mencionada a falta de acessibilidade nesse quesito, sendo a única acessibilidade disponibilizada uma rampa na porta de entrada, e foi mencionado, também, que por não possuir nenhuma acessibilidade dentro dos museus, a visita se torna um pouco confusa na questão de noção espacial, causando desorientamento e privando-os de autonomia, caso decidam visitar o local sozinhos. Esta ausência de atendimento ao design universal é um ponto que precisa ser bastante melhorado, tendo em vista estudos que indicam que o turista com deficiência está disposto a pagar um valor maior, desde que haja acessibilidade (Babaita, 2012; Lyu, 2017). Nesse sentido, vale destacar o depoimento do entrevistado 3 quando questionado se teve alguma dificuldade durante a visita.

“Eu tive, se eu tivesse vindo sem um acompanhante eu me perderia. A gente entra em uma porta e sai em outro então isso me confundiu muito. E não tem nenhuma acessibilidade, nenhum piso tátil para se localizar” (Entrevistado 3).

Por conta dessas questões, foi levantado que não é possível ter a compreensão total dos museus através da visita. Todavia, todos os entrevistados, quando questionados, afirmaram que voltariam e indicariam a visita para outras pessoas, visto que, parafraseando um dos participantes, é importante que as pessoas com deficiência, independente de qual seja ela, ocupem esses espaços para que os gestores percebam que há sim uma demanda dessas pessoas, e que façam as mudanças necessárias nesses locais de visitação pública para recebê-los.

Nesse sentido, os participantes relataram que não deixariam de visitar uma cidade ou um atrativo por falta de acessibilidade, visto que a maioria dos locais não possui acessibilidade e eles ficarem sem ter aonde ir. Contudo, afirmaram que, se pudessem, escolheriam somente lugares e atrativos com acessibilidade, confirmando estudos já realizados neste sentido (Ferst et al., 2020).

Por fim, quando questionados a respeito de quais melhorias poderiam ser realizadas no Centro Cultural Palacete Provincial para atender as suas necessidades, foi dito que o local poderia ser equipado com piso tátil, assim como possuir alguma referência nos lugares com objetos que não podem ser tocados, disponibilizar réplicas de alguns acervos, modernizar tanto a comunicação, através de uma formação para as pessoas que



trabalham no local, quanto realizar uma modernização tecnológica com *QR code* do lado das imagens dos objetos, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos através desta pesquisa, é possível afirmar que, mesmo sendo um centro cultural e local de visitação pública, o Palacete Provincial não está preparado para receber pessoas com deficiência visual.

Compreende-se, também, que caso o espaço proporcionasse acessibilidade, o fluxo de visitantes aumentaria, especialmente visitantes locais, visto que a deficiência visual é a mais comum no estado do Amazonas e que os visitantes locais representam a maior demanda do Palacete Provincial.

Dessa forma, entende-se que é recomendável o investimento na acessibilidade, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência visual e atingir novos públicos, gerando, assim, uma rotatividade de ganhos no turismo da cidade de Manaus.

Como contribuição teórica, esta pesquisa, além de trazer informações históricas e descritivas do Centro Cultural objeto de estudo, apresenta a literatura a respeito do turismo acessível e a legislação brasileira a despeito da acessibilidade. Como contribuição prática, apresenta subsídios que podem contribuir para sensibilizar os gestores da necessidade de se investir em acessibilidade nos centros culturais, podendo ser replicada em outros museus e centros culturais.

Por outro lado, em virtude da Pandemia Covid-19, não foi possível ampliar o número de participantes para que se pudesse ter uma amostra maior. Esse é um estudo preliminar a respeito de um atrativo turístico e um tipo de deficiência, motivo pelo qual se entende a possibilidades de pesquisas futuras que possam complementar este estudo a partir da análise da acessibilidade na percepção das pessoas com deficiência física, auditiva e intelectual.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira De Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.
- Associação Brasileira De Normas Técnicas. NBR 15.559: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2012.
- Babaita, C. M. (2012). Tourism Industry in Romania and the Needs of People With Disabilities. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 21(1), 481–486. <https://bityli.com/CsLToof>
- Bickenbach, J. (2011). The world report on disability. *Disability and Society*, 26(5), 655–658. <https://doi.org/10.1080/09687599.2011.589198>



- Braga, R. dos S. P. (2009). *Palacete Provincial*. Secretária de Estado de Cultura.
- Buhalis, D., & Darcy, S. (2011). *Accessible tourism. Concepts and Issues. Aspects of tourism*. Channel View Publications.
- Cloquet, I., Palomino, M., Shaw, G., Stephen, G., & Taylor, T. (2017). Disability, social inclusion and the marketing of tourist attractions. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(2), 221–237. <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1339710>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. <https://bityli.com/ptOQz>
- Coronavírus: OMS declara pandemia - BBC News Brasil. ([s.d.]). <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>
- Damascena, E. O., Oliveira, B. R. B. de, & Melo, F. V. S. (2012). Marketing Cultural: Visão, Prática e Objetivos da Comunidade Empresarial da Região do Vale do São Francisco (PE). *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 2(1), 75–87. <https://doi.org/10.18028/RGFC.V2I1.43>
- Darcy, S., & Dickson, T. J. (2009). A whole-of-life approach to tourism: The case for accessible tourism experiences. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 16(1), 32–44. <https://doi.org/10.1375/jhtm.16.1.32>
- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Recuperado em 22 jun. 2021, de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.
- Dicio, D. online de português. (2022). *Centro cultural*. Porto: 7 Graus. <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=centro+cultural>
- Fachin, O. (2017). *Fundamentos de metodologia: Noções básicas em pesquisa científica* (6a edição). Saraiva.
- Feijo, M. C. (2003). As políticas culturais da globalização. In *Políticas Culturais*. Manole.
- Ferst, M. da C., Souza, J. I. S., & Coutinho, H. R. M. (2020). Accessibility in accommodation establishments: The use of innovative processes to meet the needs of tourists with disabilities. *Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica*, 23(3), 0–2. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v22n3.p446-462>
- Fialho, M. (2009). Rotas Sem Barreiras. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 11, 109–112.
- Gomes, H. S. (2018). *Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE*. Tecnologia e Economia -G1. <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>
- Hernández Sampieri, R., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2015). *Metodologia de pesquisa* (5a ed.). Penso.
- IBGE. (2020). *IBGE*. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?edicao=30963&t=o-que-e>
- Instituto Brasileiro de Museus. (2019). *Acessibilidade em Museus*. Brasil, Ministério do Turismo. <https://mooc38.escolavirtual.gov.br/course/view.php?id=7294#section-5>



- Lei n.º 4.169, de 4 de dezembro de 1962. (1962)
<https://bityli.com/bqkMGby>.
- Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. (1989).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm.
- Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (2000).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.
- Lei n.º 11.126, de 27 de junho de 2005. (2005).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/L11126.htm.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015.
(2015).http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
- Lyu, S. O. (2017). Which accessible travel products are people with disabilities willing to pay more? A choice experiment. *Tourism Management*, 59, 404–412.
<https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.09.002>
- Ministério da Cultura. (2010). *Plano nacional setorial de museus*. MinC/Ibram.
- Monaco, G. (2016). *Museum education and accessibility : Bridging the gaps. Proceedings. - International Council of Museums - International Council of Museums*. ICOM International Committee for Education and Cultural Action (CECA).
<https://icom.museum/en/ressource/museum-education-and-accessibility-bridging-the-gaps-proceedings/>
- Pérez, D. M., & Velasco, D. J. G. (2003). Turismo accesible. In ... /IV Congreso de Turismo Universidad y Empresa. Comité Español de Representantes de Personas con Discapacidad - CERMI.
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1700653>
- Ramos, L. B. (2007). Centro Cultural: Território privilegiado na ação cultural e informacional na sociedade contemporânea. *III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Iii*.
- Sasaki, R. K. (2009). Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, 10–16.
https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319



INFORMAÇÃO (ÕES) DO (S) AUTOR (ES)

- *1 Graduada em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas. Email: jsm.tur18@uea.edu.br
- *2 Doutora em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Direito. Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas. Pesquisadora da Fundação de Apoio à pesquisa no Amazonas – FAPEAM. Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ Observatório de Turismo da UEA. Email: mferst@uea.edu.br

REVISTA CIENTÍFICA ATELIÊ DO TURISMO – VINCULADA A



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

ⁱ Departamento de Museus (DEMUS). Manual de Uso e Procedimento Internos dos Museus.

ⁱⁱ Governo do Estado do Amazonas. Governo do Amazonas divulga plano de reabertura com regras de distanciamento, higiene, comunicação e monitoramento.

<http://www.amazonas.am.gov.br/2020/05/governo-do-amazonas-divulga-plano-de-reabertura-com-regras-de-distanciamento-higiene-comunicacao-e-monitoramento/>. 2020. (Acesso 22.jun.2021).

ⁱⁱⁱ Dados disponibilizados pelo Departamento de Museus (DEMUS), da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC), 2021.